

Os recursos mal aplicados

por Cláudia Safatle
de Brasília

Neste ano, cerca de Cr\$ 6,9 trilhões do orçamento da União foram mal aplicados e, na maior parte, gastos ilegalmente. Se a mesma proporção se mantiver no ano que vem, essa cifra subirá para a faixa de Cr\$ 17 trilhões.

São recursos destinados a suprimentos de fundos para despesas de pequeno vulto da administração central ou aplicados em convênios da União com os estados, entre outras rubricas, que representam cerca de 20% do total das despesas que transitam pelo orçamento fiscal, aprovado anualmente pelo Congresso Nacional.

Esses cálculos foram feitos pelo secretário geral de controle interno da Seplan, Fernando de Oliveira. Criada pelo Decreto-lei nº 84.362, de 31 de dezembro de 1979, a Secretaria Central de Controle Interno (Secin) controla toda a despesa pública, assim como a Secretaria da Receita Federal é responsável pelas arrecadações fiscais. Hierarquicamente, Fernando de Oliveira está subordinado apenas ao ministro do Planejamento, Delfim Netto.

Desde 1979, Fernando de Oliveira vem colecionando casos de pequenos "escândalos", apurados nos processos de auditoria que seus 888 funcionários montam tanto na administração federal quanto nos estados e municípios, quando

estes são beneficiados por convênios junto à União ou quando recebem recursos de instituições internacionais, como Banco Mundial (BIRD) e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). A Secin, credenciada junto a estes organismos, é responsável pela inspeção da efetiva aplicação dos dólares nos projetos de financiamento no BIRD e no BID.

No mês de outubro último, por exemplo, Fernando de Oliveira teve de impugnar a utilização de Cr\$ 39 milhões desembolsados pelo Banco Mundial para um projeto de desenvolvimento regional integrado, em um estado nordestino. Após um detalhado relatório de seus auditores, ele constatou que esse dinheiro foi aplicado na compra de automóveis, móveis e decoração. Notificou os técnicos do BIRD sobre o ocorrido e o responsável pela má aplicação do dinheiro terá de devolvê-lo.

Ao longo desses cinco anos exercendo o cargo de controlador geral das despesas públicas, Fernando de Oliveira notou que algumas práticas são comuns em quase todas as autarquias. O orçamento fiscal reserva um montante de recursos para "suprimentos de fundos para despesas de pequeno vulto".

Legalmente, os administradores dessas repartições públicas poderiam sacar, por mês, o equivalente a 5,5 MR (Maior Valor

(Continua na página 5)

Os recursos mal aplicados

por Cláudia Safatle
de Brasília
(Continuação da 1ª página)

de referência) — cerca de Cr\$ 440 mil a partir deste mês — para trocar uma vidraça quebrada ou um ar-condicionado estragado.

Oliveira constatou, porém, que algo muito curioso estava acontecendo com essa verba. Cita um exemplo que é a prática normal: uma faculdade do Ministério da Educação e Cultura sacou Cr\$ 4 milhões desse fundo — uma cifra muito superior à permitida legalmente — e após 36 dias devolveu o dinheiro aos cofres públicos, intacto. "Isso, em princípio, poderia ser um caso de austeridade de gastos, mas não é", observa o secretário geral da Secin. São funcionários da instituição que sacaram essa verba, "esquentaram na lareira do open", como se costuma dizer, e após trinta e poucos dias devolveram o dinheiro, tornando a sacar no mês seguinte, repetindo a operação, em proveito próprio. O mesmo procedimento foi apurado com alguns milhões de cruzeiros de recursos da União que foram enviados a uma prefeitura do Sul, para atender às vítimas das enchentes. "São mais de Cr\$ 30 milhões por mês que estão sendo usados como falsos e ilegais suprimentos de fundos", avalia.

Existem casos que, mesmo não sendo ilegais, po-

dem ser considerados "má aplicação" do dinheiro público. Nessa lista ele cita a "generosidade" de uma empresa de telecomunicações, que adquiriu 139 microcomputadores e os está financiando a prazos de 36 meses e juros mensais de 1,5% aos seus funcionários, estendendo esse benefício também para a aquisição de automóveis. "Ora, mesmo que seja com receita própria, essas empresas recebem complementação de verbas do Tesouro Nacional", observa ele.

Fernando de Oliveira não cita os nomes dos responsáveis, alegando que todos os processos estão sob exame do Tribunal de Contas da União. Sua experiência nessa área, porém, não tem sido muito agradável, já que mesmo o TCU tem evitado dar retorno efetivo às suas apurações. "Acho que está faltando dar maior divulgação a esses fatos, para que a sociedade saiba que alguém está preocupado com essas irregularidades", justifica ele, concluindo: "Não posso aceitar que esses fatos caiam no vazio burocrático".

Suas apurações, porém, renderam alguns pequenos frutos, como foi o caso do responsável pela merenda escolar do Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (Finan), demitido por desviar recursos da chamada "sopa escolar"; ele

apresentava notas de despesas de "strogonoff" de camarão e frango a passarinho, como se tivesse servido esse "menu" às crianças de baixa renda.

"Aqui dentro só aprendi maus exemplos", lamenta-se Oliveira, que vem acompanhando o ministro do Planejamento, Delfim Netto, desde 1966, sempre ligado a essa área de inspetoria de finanças.

São pequenos desvios, que vão desde um caso de verbas para atacar a febre aftosa, que acabaram sendo utilizadas para a compra de trinta automóveis Volkswagen, até recursos destinados à preservação do Patrimônio Histórico de um estado do Nordeste, de Cr\$ 30 milhões (a preços de hoje), aproximadamente, que foram gastos com pagamento de motoristas, "projetos técnicos e datilografia técnica". Também neste último caso, os responsáveis tiveram de devolver o dinheiro aos cofres públicos porque ele fora usado para "engordar folha de pagamento de pessoas especiais", conclui o secretário geral da Secin.

Mas, como são centenas de processos que passam pelo seu crivo, Oliveira chegou a surpreendentes resultados e concluiu que cerca de 20% das despesas públicas precisariam de uma avaliação "mais cuidadosa" de suas aplicações.